

MOISÉS DE LEMOS MARTINS
Universidade do Minho

O Discurso da Identidade e o Modo de Enunciar a Periferia

203

Somos um país "excessivamente uno", e sofremos por isso de um problema de "hiper-identidade" (E. Lourenço).

Tendo em conta o nosso perfil cultural, que sentido tem o discurso da regionalização, sabendo nós que os conceitos de centro e periferia, aqui analogicamente encenados como um

teatro de "rois" e de "fous du roi", são lugares de problematização do discurso da identidade e da autonomia regional?

Assim introduzimos a indagação sociológica sobre o modo de enunciar a periferia — um percurso que nos fez remontar a Salazar e ao salazarismo.

A nossa perspectiva de enfoque é animada por uma suspeição inicial, lançada contra o fáustico discurso da regionalização. Fáustico porque, depois da falência do modelo urbano e industrial de desenvolvimento, é o discurso da regionalização que aponta o novo território da crença, o território para onde os poderes públicos remetem as esperanças sociais⁽¹⁾. Enunciando-se, com efeito, como uma "panaceia milagrosa" (Gaspar, 1982: 96-97), é vê-lo abater-se sobre os estigmas desse sofrido lugar de privação, usurpação, devastação, como sempre tem sido figurada a *periferia*; é vê-lo enfim aplanar as montanhas que a separam do centro⁽²⁾.

1. O processo de construção da identidade

«Il n'y a point de meilleur rôle auprès des grands que celui de fou. Longtemps il y a eu le fou du roi en titre, en aucun, il n'y a eu en titre le sage du Roi. Moi je suis le fou de Bertin et de beaucoup d'autres, le vôtre peut-être dans ce moment, ou peut-être vous le mien. Celui qui serait sage n'aurait point de fou. Celui donc qui a un fou n'est pas sage; s'il n'est pas sage il est fou; et peut-être, fut-il le roi, le fou de son fou. Au reste, souvenez-vous que dans un sujet aussi variable que les

(1) Dado o descrédito do modelo tradicional de desenvolvimento, impetuoso se tornava que as esperanças sociais encontrassem um novo lugar de redenção. Vilfredo Pareto dizia que "apenas a fé motiva fortemente a acção dos homens" (Pareto, 1966, t. 1: 122). Mas já Pierre Janet insistia neste aspecto: "a crença mais não é que uma promessa de acção: crer é agir; dizer que acreditamos em alguma coisa é dizer: faremos alguma coisa" (P. Janet, *apud* Certeau, 1981: 8). Com efeito, a crença é antes de mais nada "aquilo que faz andar", a partir dela está-se pronto a agir — a obedecer, por exemplo.

(2) Vejam-se neste sentido as Actas do Seminário que se realizou na Covilhã em Setembro de 1988, versando o tema "Interioridade e Desen-

*moeurs, il n'y a
d'absolument,
d'essentiellement,
de généralement
vrai ou faux, sinon
qu'il faut être ce
que l'intérêt veut
qu'on soit; bon ou
mauvais; sage
ou fou; décent ou
ridicule; honnête ou
vicieux.»*

Diderot,
1967: 116

204

Pois bem, assente numa retórica da ambiguidade, o discurso da regionalização não é da ordem da prova — é um modo de mitificar e naturalizar a realidade social; subverte a história em natureza, a contingência em eternidade, para utilizarmos as palavras com que R. Barthes define o mito (Barthes, 1984: 120, 198 e 209). Assim, ao falarmos de *região*, queremos designar, abstractamente, o produto das práticas político-institucionais e das práticas de comunidades singulares, cujo objectivo é produzir a *opinião colectiva* de que as regiões existem realmente, pois lhes é conferida como que uma evidência natural.

Porque se manifesta como uma definição política da realidade social, o discurso da regionalização é, assim, *in obliquo*, um discurso sobre a identidade regional e local. É que as definições políticas (previsões) são predições, que desempenham funções práticas, pois visam obter determinados efeitos sociais — contribuem para a existência ou “inexistência” daquilo que enunciam (Bourdieu, 1982: 150). O discurso da regionalização compreende, no entanto, duas dimensões que se condicionam mutuamente, uma dimensão objectiva e uma dimensão subjectiva. Nesse sentido, tanto pode enunciar uma representação institucional que exprime a vontade da instituição, como enunciar uma representação que simplesmente manifesta os sentimentos e a vontade específicos de uma comunidade singular. Com efeito, não havendo identidade regional que não exprima a vontade de comunidades regionais e locais (o que a confirma como vivência e como projecto), devemos acrescentar que ela também não existe independentemente da acção do Estado e dos aparelhos institucionais (Oriol, 1979: 20). É que as práticas organizadas dos Estados não lhes conferem apenas um estatuto e uma voz, como querem fazer crer. Elas determinam mesmo o seu modo e grau de existência concreta. É ou não é um facto que somos o que somos porque interiorizámos a obrigação comum?

Dizendo isto, de modo nenhum queremos reduzir a construção da identidade a um modo de gestão das comunidades humanas através de aparelhos institucionais, e a um conjunto de referências ideológicas, tanto particularistas (em razão da clausura do grupo), como universalistas (em razão de eventuais apelos a sacrifícios históricos).

volvimento Regional”. Muitas são aí as comunicações que fazem uso deste conceito de periferia e que são animadas por um mesmo desejo de colmatar a distância que a afasta do centro.

A identidade compreende também um processo de civilização de ordem global (Oriol, 1979: 25-26).

Daí o alcance da questão que gostaríamos de levantar: responde o discurso da regionalização à tradição cultural portuguesa, ou resulta, pelo contrário, da nossa necessidade de acomodação estratégico-política, no contexto de um processo de mundialização da cultura, que nos é em larga medida exógeno, pelo facto de os centros de decisão política, económica e cultural não serem já meramente internos? E mais, não será de inscrever o actual debate sobre a regionalização no debate mais alargado da construção de uma "sociedade programada" (M. Bassand, 1983: 229), programada até na definição da identidade regional e local (Martins, 1990b: 103-104)? Fazemos esta pergunta porque é nossa convicção que este processo de mundialização da cultura culmina a hora de crise dos Estados nacionais, tudo levando a crer que a reivindicação de uma identidade cultural mais não é do que a afirmação de uma identidade nacional.

Acontece, no entanto, que quanto ao social (Diderot diz: "les mœurs") é o *interesse* que determina o que é verdadeiro ou falso. Neste aspecto, Oriol e Bourdieu mais não fazem que prolongar hoje, passados dois séculos, a intuição sociológica de Diderot. Mas apenas por isso, por traduzir o nosso *interesse* (um interesse que escamoteia mal a voracidade da nossa classe política e empresarial), é que talvez seja de *sabedoria* o discurso sobre a regionalização, ou seja, o discurso sobre a promoção da autonomia das regiões. De contrário, se nos cingirmos ao nosso perfil cultural, dificilmente nos poderemos ver como mais do que uma região.

Numa fórmula paradoxal e um tanto enigmática, Eduardo Lourenço diz que existimos como portugueses "antes de nos tornarmos, de nos inventarmos como Portugal" (Lourenço, 1984: 17). Mas apesar daquilo que esta fórmula possa conter de sugestivo, é nosso propósito assentar o raciocínio numa diferente ordem de razões. Gostaríamos assim de invocar, em favor do nosso ponto de vista, a nossa muito antiga individualização no quadro peninsular, marcada pela independência política desde meados do século XII⁽³⁾, por uma constituição geográfica

⁽³⁾ Lembremos, a propósito, que aquilo a que nós chamamos hoje Espanha foi durante séculos uma pluralidade de reinos — Leão, Castela, Navarra, Aragão e o reino muçulmano de Granada — só unificados em 1474 pelos Reis Católicos, Fernando e Isabel.

mais ou menos definitiva desde meados do século XIII, pela conservação da língua, o galaico-português, que ficou à margem das inovações linguísticas do castelhano e que, contrariamente ao catalão e ao valenciano com os quais poderia pensar-se numa analogia, exprime uma nacionalidade independente (Carvalho, 1974: 24-26).

Ora, quanto mais referimos Portugal à sua história cultural, à relação simbólica e prática que os portugueses progressivamente constituíram com o eco-sistema que exploram, tanto mais nos afastamos da possibilidade de conceber regiões específicas, isto é, tanto mais nos impedimos de imaginar a inclusão de comunidades em quadros geométricos fechados. A fronteira regional, linha plena e contínua, que marca a oposição entre um interior e um exterior, é substituída pelos limites imprecisamente espacializáveis da *tradição* e do *destino* colectivos, isto é, da história cultural, que assinala a co-presença do mesmo e do outro.

Que hoje dificilmente nos podemos ver como mais do que uma região é a sugestão que nos fica da observação atenta de dois tipos de discurso, que claramente contrapõem a nossa identidade nacional a uma eventual identificação de várias regiões. Referir-nos-emos, em primeiro lugar, ao discurso da identidade nacional no cenário do "país-aldeia salazarista", para utilizarmos uma expressão conhecida de Nuno Portas (Portas, 1982). E, em segundo lugar, invocaremos a interpretação que Eduardo Lourenço faz do nosso perfil cultural — a "interiorização cultural de uma imagem positiva, e mesmo privilegiada de nós mesmos enquanto puro passado", interiorização que nos tem feito balançar "entre o prosaísmo mais rasteiro e o onirismo mais cabal" (Lourenço, 1990: 11 e 23) (*).

2. A corte e a periferia

Tendo introduzido, um após outro, os vários momentos da nossa reflexão, voltamos ao ponto de partida e relocalamos a nossa suspeição inicial. Começaremos, assim, por perguntar se as regiões periféricas se não converteram num "bobo da corte". E se não constituem outros tantos

(*) É de uma "euforia mítica" que se trata, diz ainda E. Lourenço. Uma euforia que se deve, quase exclusivamente, "ao papel mediano e simbolicamente messiânico que [Portugal] desempenhou num certo momento da História ocidental convertida por essa mediação, pela primeira vez, em História mundial". Esse conhecimento de nós mesmos, remata este ensaísta, "é afinal a nossa *única e autêntica identidade*" (Lourenço, 1990: 1).

"bobos" as políticas de combate aos estigmas da interioridade e da desertificação, isto é, as chamadas políticas de desenvolvimento regional, assim como as políticas ecológicas e do ambiente.

Pode dar-se o caso. No entanto, é de duvidar que à periferia convenha um lugar assim — um lugar de bobo, no palácio do rei. À luz do actual entendimento histórico, antropológico e sociológico das culturas, há fundadas razões para duvidar que à periferia a *corte* lhe convenha. E é sobretudo inaceitável que, "junto dos poderosos, o melhor lugar seja o de bobo". Animar a corte do rei, fazendo nosso o discurso que o poder produz em nossa intenção, constitui uma das fases finais da dependência.

Tem sido nosso destino cultural viver como "peixes na água entre o prosaísmo mais rasteiro e o onirismo mais cabal", diz ironicamente Eduardo Lourenço, num dos seus livros mais recentes (E. Lourenço, 1990: 23). Oxalá o novo discurso da revitalização do património cultural e económico local, o discurso do desenvolvimento e do ajustamento estrutural das regiões, o discurso da "inserção profissional dos jovens" e da luta contra o desemprego de longa duração, o discurso da "promoção do desenvolvimento das zonas rurais" e da adaptação das estruturas agrícolas — discurso afinal da generosidade do centro para com a periferia (OCDE, 1984; JOCE, 1984; Martins, 1988, 1989; Delcourt, 1988) — nos não satisfaça com o onirismo mais cabal, pela fortuna de termos abandonado, ainda há pouco, o prosaísmo mais rasteiro. Devolverá ele, porventura, à periferia e ao interior a substância demográfica, económica e financeira que a polarização da urbanização e do crescimento económico lhes retirou? É que, de resto, reconstituir o típico de um lugar, devolver-lhe "*son génie*", protegê-lo pela criação de museus, pela reabilitação da arquitectura local, pela edição de obras históricas e etnográficas, pelo reconhecimento das festas locais, pela conservação da paisagem, etc., nem sempre corresponde ao reconhecimento de uma comunidade que tenha no futuro, ainda segundo as palavras de Eduardo Lourenço, o projecto ou o impulso que a funde. Quase sempre, a sua consequência mais certa é reconvertê-lo numa *vasta reserva*, onde o passado connosco coabita como se presente fora. Não consistiu nisso, aliás, a nossa his-

tória cultural do período salazarista — passado a conviver connosco como se presente fora (Lourenço, 1983: 20-21) ⁽⁵⁾?

Desenvolvamos este ponto, fixando-nos, por momentos, no cenário prosaico do “país-aldeia salazarista”. Vejamos, por exemplo, o concurso que o Secretariado da Propaganda Nacional promoveu, em 1938, para a eleição da “aldeia mais portuguesa de Portugal”. De que outra coisa se tratará aí senão da entronização do “fou du roi”? Às aldeias de Portugal, metonímia de um país que se queria rústico, concedia-se o galardão de “fou du roi en titre”. Com efeito, o objectivo era “desenvolver nos portugueses o culto pela tradição, estimulando o regionalismo nacional”. Por outras palavras, o objectivo era “interessar, nessa obra de renascimento folclórico e etnográfico nacional, o povo das aldeias, os artistas anónimos que, aperfeiçoando o barro, entoando cantigas, ou simplesmente, repudiando influências alheias e nocivas, logram manter intactos, na sua pureza e graça, os costumes tradicionais da sua terra” (*Diário da Manhã*, 8 de Fev. de 1938). “Fou du roi”, portanto, com o povo das aldeias a *fazer a festa*, a vitoriar o regime e os homens que promoveram a ideia, a vitoriar os seus chefes (entre eles, Salazar, “o grande amigo” de todas as aldeias portuguesas), a vitoriar os seus representantes locais (Brito, 1982: 529).

“Viva Salazar!”, gritava um rapazinho na reportagem que o *Diário da Manhã* fazia nos dias de apoteose da vitória (*Diário da Manhã*, 3 de Dez. de 1938). E ainda, segundo o mesmo matutino: “os ricos confraternizavam, lado a lado, com os trabalhadores, abraçando-se todos num entusiasmo bendito. Portugal, Carmona, Salazar, António Ferro e os júris foram vitoriados até à rouquidão” (*Diário da Manhã*, 13 de Out. de 1938).

Mas, como dizíamos, a animação da corte do rei não estava dissociada dessa forma última de dependência, que levava o país a rever-se na imagem fantástica de uma vasta aldeia projectada num puro passado. Por essa razão, a Base n.º I do regulamento do concurso impunha como con-

⁽⁵⁾ Embora não haja dúvida de que o salazarismo viveu assim a identidade portuguesa, talvez seja de estender esta ideia a outros momentos da nossa história cultural. O próprio E. Lourenço o faz, alargando-a à Restauração, à geração de 70, e mesmo a Fernando Pessoa, de quem diz: “apesar do que a fórmula [*descoberta de Índias que não vêm no mapa*] possa conter de inovador e de futurante, [só pôde conceber o nosso destino como] uma espécie de *repetição* do já feito e do já sido” (Lourenço, 1990: 10).

dições essenciais de admissão "a maior resistência oferecida a decomposições e influências estranhas e o estado de conservação no mais elevado grau de pureza das características seguintes: 1. Habitação; 2. Mobiliário e alfaia doméstica; 3. Trajo; 4. Artes e indústria populares; 5. Formas de comércio; 6. Meios de transporte (terrestres, marítimos e fluviais); 7. Poesias, contos superstições, jogos, canto, música, coreografia, teatro, festas e outras usanças; 8. Fisionomia topográfica e panorâmica" (*Diário da Manhã*, 13 de Out. de 1938).

Repare-se, entretanto, que o concurso da "aldeia mais portuguesa de Portugal" é um acontecimento homólogo desse outro representado pela construção, nesta cidade de Coimbra, no mesmo ano de 1938, do Portugal dos Pequenitos — um engenho político, que é também um modelo reduzido de poder.

Funcionando, com efeito, como lição viva da ordem regeneradora, o Portugal dos Pequenitos permitia o sonho de uma nação curada da sua doença. As crianças que aí acorriam eram a imagem de um país que assim aprendia as tendências virtuosas que o regeneravam. As pedras da nossa tradição espiritual, as pedras que figuravam o trabalho, o sacrifício e a independência do nosso temperamento rural, as pedras que nos constituíam herdeiros de um destino colonial, essas pedras podiam tornar-nos "heróis e santos", ou seja, essas pedras podiam salvar-nos (Martins, 1990a: 89).

E não é muito diferente a lição a tirar, no caso do "patriótico concurso" a que nos referimos. Transfigurado pela inocência de um puro passado, o país surge a nossos olhos como uma vasta aldeia de "gente em perfeito estado de graça nacional", "com uma vida de contemplação em perfeita beatitude", tecendo "cantos de louvor à terra e ao trabalho", evidenciando "a sua boa fisionomia portuguesa", o seu "muito carácter", os seus "modos patriarcais", e apresentando-se como uma "mansão de poesia" e como um "poema de heroísmo tradicional" ⁽⁶⁾.

Viver o passado como se presente fora, aí está a verdadeira ciência de um país uno, de uma pátria una, que se liberta enfim do fantasma da aceleração do tempo do

* ⁽⁶⁾ Estes atributos, nascidos do mesmo discurso apologético, são uma síntese efectuada por J. Pais de Brito das notas de reportagem do *Diário da Manhã* sobre as aldeias candidatas ao "Galo de Prata", prémio com que seria galardoada a vencedora do concurso, "A aldeia mais portuguesa de Portugal". Ver Brito, 1982: 528-29.

progresso, doença que corrói as sociedades modernas e perverte o nosso temperamento de trabalho, sacrifício e independência rural, a nossa tradição autoritária e espiritual, o nosso destino colonial (Martins, 1990a). Vencido o tempo, pela prática da clausura moral e por prolongados exercícios de memória, olhar e desejo, Portugal podia, enfim, alimentar o sonho de uma comunidade perfeita (pura e disciplinada). Pela prática da fé e da obediência, virtudes superiores que o redimiam, Portugal era *restaurado num eterno presente* de si mesmo, heróico e santo, cujo modelo, convenientemente idealizado, era o Portugal rural medieval e o século XVI imperial.

A "aldeia mais portuguesa de Portugal" e o Portugal dos Pequenitos figuram, com efeito, a *concordia*, o Portugal-quinta-rural, a "pequena casa lusitana", um país regional miniaturizado. Mas figuram igualmente o *imperium*, aquele Portugal que "deu novos mundos ao mundo". Dona de casa, cujos sonhos tinham "asas de caravelas", o país figurado na "aldeia mais portuguesa de Portugal" e no Portugal dos Pequenitos é um eterno presente de saudade e de sebastianismo imperial (7).

3. Portugal e a Europa e a questão da regionalização

Não há, como vemos, no Portugal de Salazar um discurso sobre o centro e a periferia — há, isso sim, uma persistente encenação em que o país inteiro é instituído e representado como a grande aldeia rural (8), de alma heróica e santa, embora com o sortilégio de "não poder estar em casa senão sonhando o mundo inteiro e não bastando (9)".

Mas que dizer do discurso que sobre o centro e a periferia entretanto se impôs a este "povo estruturalmente rural que nunca se encontrou fora de si quando no vasto mundo pôde cultivar a sua horta e o seu jardim pouco voltairianos", como dos portugueses diz Eduardo Lourenço? (1990: 22). Que dizer de um tal discurso, quando dificilmente se encontra "país tão *centrado*, tão concentrado,

(7) Sobre a homologia de sentido patenteada pelas figuras da "dona de casa" e da "caravela imperial", ver Martins, 1990a: 161-174.

(8) A própria cidade guarda a nostalgia da aldeia que já não é. Referindo-se às casas económicas das grandes cidades de Lisboa e Porto, que, a partir de 1957, passaram a poder ser construídas em quatro pisos, fazendo finalmente ruir o velho dogma salazarista dos dois pisos para a categoria mais elevada e de um piso para a mais modesta, N. Teotónio Pereira assinala "a importante característica" destes bairros, acentuando "o seu traçado fechado, em ilha, mesmo segregado, tentando reproduzir a dimensão e a imagem da aldeia, com a sua capela ao centro" (Pereira e Fernandes, 1987: 332).

(9) Esta expressão é de E. Lourenço (1983: 21).

tão bem definido em si mesmo como Portugal"? (*ibid.*: 10). Na verdade, nunca constituíram real problema, para Portugal, o seu estatuto linguístico, o seu estatuto cultural, a sua situação histórico-política. Somos, passe o paradoxo, um país "excessivamente uno" ⁽¹⁰⁾. Não só não temos em nós próprios elementos antagónicos ou disparidades que de nós mesmos nos dividam, como, por outro lado, sempre nos sentimos bem "no nosso país lírico, bucólico, de hortas e sardinha assada, com um suplemento de conforto importado do mundo onde se inventa e reinventa sem cessar o futuro" (*ibid.*: 12).

Dissemos que talvez se encontre aqui, nesta tão centrada definição de nós mesmos, neste tão profundo sentimento de coesão histórica e anímica, a razão que justifica sermos encarados por outros, e quicá por nós mesmos, como uma única região. Talvez também advenha daí a dificuldade de qualquer parcela do território nacional se conceber como uma identidade própria, quer dizer, com um estatuto próprio, com uma preocupação com o sentido, e com o grau de adesão a um sentido com que as comunidades singulares se sentem e sabem singulares ⁽¹¹⁾.

Mas é claro: em assunto tão variável como o social, "o que existe de absolutamente, de essencialmente, de geralmente verdadeiro ou falso, é apenas que se deve ser aquilo que o interesse quer que se seja: bom ou mau; sábio ou louco; decente ou ridículo; honesto ou viciado".

Ora, o *interesse* quer a "revitalização do património cultural e económico local", "a promoção do desenvolvimento e do ajustamento estrutural das regiões", "a promoção do desenvolvimento das zonas rurais e das regiões de fronteira". É este o *discurso europeu* — um discurso sobre o desenvolvimento regional, um discurso sobre a regionalização.

⁽¹⁰⁾ A expressão é ainda de E Lourenço. Portugal é "excessivamente uno", por contraste com a Espanha, que é "múltipla" na sua relação consigo mesma — invertebrada, na palavra de Ortega y Gasset (Lourenço, 1990:19).

⁽¹¹⁾ No mesmo sentido se pronunciam Manuel Porto e Jorge Gaspar. É, com efeito, a "grande unidade nacional", expressa no plano linguístico e cultural, que determina a ausência entre nós de um "verdadeiro fenómeno regionalista" (Porto e Gaspar, 1986: 88). Com um reparo, no entanto. A unidade nacional não é, para estes autores, apenas uma causa; é, simultaneamente, uma consequência, um efeito da ausência de um verdadeiro fenómeno regionalista (*ibid.*).

Seja como for, causa ou efeito, ou ambos, a ausência entre nós de "unidades supradistritais enraizadas e institucionalizadas" é manifesta. E, a fazer fé em Jorge Gaspar, dessa circunstância decorre o carácter controverso de qualquer segmentação territorial do país (Gaspar, 1987).

Será, no entanto, a Europa uma *coisa real*? Não perguntamos tanto se ela é uma crença verdadeira, pois que à sua existência importa bem mais a prova dada pela convergência das acções do que a prova que o exercício individual do juízo possa fornecer.

É neste contexto que o debate sobre o centro e a periferia traz à boca de cena, mais uma vez, um teatro de "rois" e de "fous du roi". O desenvolvimento regional, esse novo lugar de redenção da economia europeia, traz no bojo, sem dúvida, a "universalização da Razão", a sociedade programada. Tal situação, no entanto, apenas vem confirmar que a nossa história cada vez é menos definida por parâmetros puramente internos. E não é nisso que nos distinguimos da história de muitos outros países.

Nestas circunstâncias, o que importará saber é se o advento de novas trincheiras nacionalistas na Europa, que contrabalança a constituição de uma razão regionalizadora que aplanas as diferenças, não vai favorecer a conjugação de uma vontade economicamente homogeneizante com uma vontade culturalmente descentralizadora, que preserva os fluxos culturais transnacionais.

No passado, a noção de Europa uniu um continente fragmentado em Estados que conduziam guerras quase ininterruptas entre si. Mas foram as suas guerras que impediram qualquer hegemonia unificadora e asseguraram o seu policentrismo (Morin, 1987: 50-53). Hoje, com a afirmação de uma nova ideia de Europa, as vozes que, sobressaltadas com o processo de mundialização da cultura em que a própria Europa se acha particularmente comprometida, por toda a parte se levantam em defesa de distintas identidades culturais, podem bem traduzir uma nova espécie de guerra das nações contra a hegemonia unificadora de uma cultura programada e macrocéfala.

No que nos diz respeito, será que podemos tranquilamente continuar a afirmar, como anos atrás fazia Eduardo Lourenço, que não temos, culturalmente, que nos deslocar para lado nenhum? Será que nos basta a certeza tranquila de sermos já Europa, de representarmos "uma certa maneira de ser europeus", pelo que não faz sentido procurar voar para onde já nos encontramos (Lourenço, 1984: 22)?

Esta questão, aliás, não pode deixar de jogar dialecticamente com uma outra. Diante do nosso inevitável destino europeu, talvez tenha cabimento perguntar pelo que nos

resta da famosa "lição" de Saramago em *A Jangada de Pedra*. Uma vez empurrados para o alto-mar, nós e a Espanha, por artes de mágica romanesca, que alma guarda e que hesitações mantém ainda o "navio-nação" peninsular, triplamente periférico na sua deriva oceânica, ao largo da Europa, da África e da América?

Exorbitaríamos de longe os propósitos que nos demos, se insistíssemos no debate desta questão. Vamos, pois, limitar-nos a assinalar, à guisa de conclusão, que a abertura a outras regiões, europeias no caso em apreço, vai certamente descobrir-nos outros, através do desafio, da análise e da reformulação permanentes da nossa identidade, como é de esperar de qualquer processo relacional. ■

Referências Bibliográficas

214

- Barthes, R. 1984 *Mitologias*. Lisboa, Edições 70.
- Bassand, M. 1983 "Dynamique sociétale et dynamique régionale", in P. Pellegrino (org.), *Espaces et Culture*. Saint-Saphorin, Ed. Georgi.
- Bourdieu, P. 1980 "L'identité et la représentation — Eléments pour une réflexion critique sur l'idée de région", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 35.
- Bourdieu, P. 1982 *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris, Fayard.
- Brito, J. P. de 1982 "O Estado Novo e a Aldeia Mais Portuguesa de Portugal", in *O Fascismo em Portugal*. Lisboa, A Regra do Jogo.
- Carvalho, J. B. de 1974 *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico? (Uma Perspectiva Histórica)*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Certeau, M. de 1981 "Croire: Une pratique de la différence", in *Documents de travail et prépublications*. Urbino, Università di Urbino, n.º 106.
- Delcourt, J. 1988 *Travail et emploi — Contexte et lignes de développement*. Covilhã, Universidade da Beira Interior, (texto dactilografado) .
- Diderot 1967 *Le Neveu de Rameau*, Paris, Garnier-Flammarion.
- Gaspar, J. 1982 "Regionalização: Uma Perspectiva Sócio-geográfica", in *Problemas da Regionalização* (separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*).
- Gaspar, J. 1987 *Portugal — Os próximos Vinte Anos. I — Ocupação e Organização do Espaço*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lourenço, E. 1983 "Crise de Identidade ou Ressaca 'Imperial'?", *Prelo*.
- Lourenço, E. 1984 *Ocasionais, I*. Lisboa, A Regra do Jogo.
- Lourenço, E. 1990, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Martins, M. 1988 "ILE: Fenómeno Social de Raiz Económica e Incidências Culturais", *Emprego e Formação*, n.º 4.
- Martins, M. 1989 *As Iniciativas Locais de Emprego — Enquadramento no Terceiro Sector*. Lisboa, IEFP.
- Martins, M. 1990a *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*. Porto, Afrontamento.
- Martins, M. 1990b "A Identidade Regional e Cultural", *Anais Universitários* (Covilhã, Universidade da Beira Interior), n.º 1.

- Morin, E. 1987 *Penser l' Europe*. Paris, Gallimard.
- OCDE 1984 *Rapport de clarification sur le rôle économique et social des initiatives locales de création d'emplois*. Paris.
- Oriol, M. 1979 "L'identité produite, l'identité instituée, l'identité exprimée: Les confusions de théories de l'identité nationale et culturelle", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, LXVI.
- Oriol, M. 1985 "Appartenance linguistique, destin collectif, décision individuelle", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, LXXIX.
- Pareto, V. 1966 *Manuel d'économie politique*, t. I. Genève, Droz.
- Pereira, N. T.;
Fernandes, J. M. 1987 "A arquitectura no Estado Novo de 1926 a 1959",
in *O Estado Novo — Das Origens ao Fim da Autarcia*
(1926-1959), II. Lisboa, Fragmentos.
- Portas, N. 1982 "Arquitectura e Urbanística na Década de 40",
in *Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, VI. Lisboa. Fundação
Calouste Gulbenkian.
- Porto, M.:
Gaspar, J. 1986 "Mobilité démographique et régionalisation au Portugal",
in *La théorie de l'espace humain. Transformations globales
et structures locales*, CRAAL-FNSRS-UNESCO, Genève,
Université de Genève.
- Saramago, J. 1986 *A Jangada de Pedra*. Lisboa, Caminho.
- Actas do Seminário* 1988 Covilhã, Universidade da Beira Interior.
*sobre "Interioridade
e Desenvolvimento
Regional"*
- Diário da Manhã*, ano de 1938.
- Folha Informativa* 1989 Lisboa, IEPF, n.º 18.
ILE,
- Journal Officiel* 1984 N.º C 161, 26 de Junho (resolução do Conselho relativa à
des Communautés contribuição das iniciativas de criação de empregos
Européennes na luta contra o desemprego).